Proc. 08763.000125/2016-95
Fls.: 547
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – FUNAI
COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO
E-mail cpl.maranhao@funai.gov.br

TERMO DE CONTRATO N.º 041 /2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNAI COORDENAÇÃO DO MARANHÃO, E A EMPRESA GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - EPP PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GESTÃO DE FROTA, GERENCIAMENTO DOS DADOS DE ABASTECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE DESPESAS, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SEUS DERIVADOS PARA A FUNAI, EM IMPERATRIZ/MARANHÃO.

A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, por meio da **Coordenação Regional do Maranhão,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.059.311/0057-80, com sede na **Rua Simplício Moreira, 1115, Bairro Centro, CEP: 65.901-490,** na cidade de Imperatriz, Estado de Maranhão, neste ato representada pelo seu Ordenador de despesas, o Senhor **DANIEL CUNHA DE CARVALHO**, brasileiro, casado, designado através da Portaria nº 197/PRES/FUNAI, de 13 de abril de 2017, publicada no DOU nº 74, de 18 de abril de 2017, inscrito (a) no CPF sob o nº 897.998.103-10, portador(a) da Carteira de Identidade nº 65024696-9, residente em Imperatriz/MA, nomeado para o cargo de Coordenador Regional pela Portaria, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa **GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - EPP,** doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20217.208/0001-74, com sede na Calçada das Margaridas, 163, Bairro Barueri, CEP: 06453-038, Município de São Paulo/SP, neste ato representada pelo senhor(a) **ALEX DOS SANTOS BELARMINO**, portador da Carteira de Identidade n.º 9.452.411-3, expedida pela SESP/PR, e inscrito no CPF sob nº 071110.899-44, autorizado a firmar este contrato, tem como justos e contratados, nos termos do Processo Administrativo de licitação nº 08763.000125/2016-95, com observância ao disposto na Lei 8.666/93, suas alterações suplementares, as legislações pertinentes ao objeto do serviço, a IN/05/95, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 01/CR/MARANHÃO/2017 e seus Anexos, as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação, dos serviços de implementação e operacionalização de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle para aquisição de combustíveis, filtros, aditivos, óleos lubrificantes, destinados a frota de veículos e motocicletas; embarcações, motores estacionários e equipamentos automotivos pertencentes ao Patrimônio da Coordenação Regional do Maranhão, CTL's, Renda do Patrimônio Indígena e Coordenação da Frente de Proteção Awá-Guajá, mediante as condições, especificações e quantidades estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - Da Fundamentação Legal e Documentos Vinculados

2.1. A lavratura do presente contrato decorre do Edital de Pregão Eletrônico n.º 001/2017 e seus anexos, ao qual se encontram-se vinculados, sem necessidade de transcrição, regidos pela Lei nº 10.520, bem como Decretos n.º 3.555/2002, n.º 5.450/2005, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e pela Lei 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - Das Responsabilidades e Obrigações das Partes

3.1. As partes deste instrumento contratual ficam responsáveis e obrigadas a observarem as seguintes condições:

3.1.1. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Obrigações da Contratante

3.1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.1.1.2. Designar os representantes da Administração responsável pela gestão e fiscalização do contrato, gestores regionais e locais de abastecimento.

3.1.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.1.1.4. Notificar a Contratada, de maneira formal, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

3.1.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste instrumento de contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.1.6. Permitir acesso da Contratada às dependências das unidades contratantes, para inspeção, instalação e manutenção do sistema informatizado de gerenciamento de veículos, sempre que necessário.

3.1.1.7. Fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento dos produtos objeto deste Instrumento de Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

3.1.1.8. Acompanhar os serviços durante sua execução pela Contratada e suas credenciadas.

3.1.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pela Contratada.

3.1.1.10. Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio das Bases de Gerenciamento.

3.1.1.11. Fornecer a relação de usuários e veículos a serem cadastrados para execução contratual.

3.1.1.12. Disponibilizar os meios necessários e compatíveis para recebimento dos arquivos eletrônicos enviados pela Contratada.

3.1.1.13. Efetivar mensalmente em favor da Contratada o pagamento pelos serviços executados, após o atesto das notas fiscais pelo fiscal do contrato.

3.1.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

3.1.1.15. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Termo de Referência e seus anexos.

3.1.2. PARÁGRAFO SEGUNDO - Obrigações da Contratada

3.1.2.1. Quando da implantação do sistema e inclusão de novos veículos, fornecer, sem ônus para a Contratante, cartões de abastecimentos para os veículos da frota gerenciada, individuais e intransferíveis, de acordo com as solicitações e relações recebidas por documento próprio da FUNAI CR MARANHÃO.

3.1.2.2. Quando da implantação do sistema e inclusão de novos usuários, fornecer, sem ônus para a Contratante, cartões de abastecimentos para usuários.

3.1.2.2.1. Caso a tecnologia não necessite desse dispositivo para identificação do usuário, basta que a Contratada comunique o fato à Contratante, até a data do término do prazo de implantação informado no ANEXO I do Termo de Referência.

3.1.2.3. Fornecer relação de todá a rede credenciada, com endereço, telefone e horário de funcionamento, atualizando a lista (por meio eletrônico) até o quinto dia de cada mês.

3.1.2.5. Credenciar estabelecimentos, sem ônus para a Contratante, nos locais, prazos e condições indicados no Anexo I do TR.

3.1.2.6. Executar os serviços conforme especificações deste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico e em sua proposta.

3.1.2.7. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, os produtos fornecidos ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de culpa da Contratada ou de uma credenciada sua, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação ou dentro do prazo de garantia.

3.1.2.8. Responsabilizar-se por manter as exigências estipuladas neste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.1.2.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão suas instalações para a execução do serviço.

3.1.2.11. Apresentar relação de sua rede credenciada no prazo estipulado..

3.1.2.12. Informar às credenciadas que são de sua inteira responsabilidade as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

3.1.2.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

3.1.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.1.2.15. Manter durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

3.1.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.1.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.1.2.18. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato, de modo a manter os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

3.1.2.19. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados.

3.1.2.20. Dar treinamento aos gestores, em conformidade com o disposto no alusivo item constante deste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.21. Possibilitar exportação de todos os dados constantes no seu banco de dados referentes aos veículos da Contratante, objetivando que se possa dar seguimento às ações do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, que deverão ser fornecidos nos moldes do lay-out indicado pela Contratante.

3.1.2.22. Utilizar somente empregados registrados pelas suas credenciadas, para realização das operações a que se refere a presente contratação.

3.1.2.23. Responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens da Contratante, quando resultantes de dolo, ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos empregados das credenciadas ou prepostos, obrigando-se a ressarci-los.

3.1.2.24. Disponibilizar, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.

3.1.2.25. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a Contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento.

3.1.2.26. Manter, em local visível, nos estabelecimentos credenciados, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.

3.1.2.27. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da Contratada.

3.1.2.28. Informar à sua rede credenciada que os estabelecimentos responderão por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, prepostos ou credenciados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à Contratante, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

3.1.2.29. Permitir o livre acesso de servidores da Contratante às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução.

3.1.2.30. Assumir integral responsabilidade, através da credenciada que tiver realizado cada serviço ou fornecimento, pela eficiência do que for executado.

3.1.2.31. Fornecer aplicativo disponível em ambiente *web*, compatível com o sistema operacional utilizado pela Contratante, nos termos especificados.

3.1.2.32. Disponibilizar relatórios, a partir de um período preestabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

3.1.2.33. Fornecer sítio operacional para navegação, capaz de propiciar a gestão da frota, por meio do acompanhamento de todas as operações em andamento. O sistema deverá também, interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso que forem determinados pelo Contratante, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades descritas neste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.34. Possibilitar à Contratante adquirir por meio da rede credenciada da Contratada, quaisquer dos produtos ou serviços contratados.

3.1.2.35. Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente disponível, provendo meios de operacionalizá-lo, caso ocorra alguma falha ou indisponibilidade no sistema eletrônico.

3.1.2.36. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no parágrafo 1º, do Art. 65, da Lei nº 8666/93.

3.1.2.37. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Contratante, devendo informar toda e qualquer mudança permanente ou provisória, bem como seus dados para contato, em até 48 horas a partir da mudança.

3.1.2.38. Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, através de relatórios contendo as informações necessárias à identificação dos veículos e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação do fornecimento dos produtos ou serviços aplicados.

3.1.2.39. Verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas de suas credenciadas utilizados para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes emanados ou aprovados pela Contratante.

3.1.2.40. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

3.1.2.41. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada estará em conformidade com o estabelecido neste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.42. Manter todos os estabelecimentos da rede credenciada informados de que cabe à Contratada reembolsos de quaisquer natureza ou hipótese, inexistindo qualquer relação financeira entre a Contratante e esses estabelecimentos.

3.1.2.43. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de frota, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, *back-up*, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e *softwares* operacionais,

e quaisquer outras atividades, *softwares*, *hardwares* ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.

3.1.2.44. Cumprir as condições do respectivo edital e do contrato, bem como de sua proposta comercial.

3.1.2.45. Inspecionar periodicamente os estabelecimentos credenciados, por iniciativa própria (de ofício) ou a pedido da Contratante.

3.1.2.46. Prestar pronto atendimento às solicitações emitidas pela Contratante.

3.1.2.47. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.1.2.48. Comunicar formalmente à Contratante, por qualquer meio, com pelo menos 24 horas qualquer inoperância programada do sistema.

3.1.2.49. Arcar com os custos de implantação e implementação do sistema de gerenciamento.

3.1.2.50. Disponibilizar todas as informações referentes à execução do contrato, na forma solicitada pela Contratante, sem quaisquer ônus adicional;

3.1.2.51. Dotar, sem ônus para a Contratante, os postos credenciados de tecnologia que permita o abastecimento e o gerenciamento da frota nos termos fixados neste Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.52. Fornecer todos os dados disponíveis e na forma solicitada pelo Contratante, dos relatórios gerenciais, nos prazos e condições indicadas no presente Instrumento de Contrato e demais documentos constantes do Edital do Pregão Eletrônico.

3.1.2.53. Manter os dados gerenciais pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do encerramento do prazo de prestação dos serviços e disponibilizá-los, sem custo, à Contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA - Da Execução

4.1. O prazo de execução das atividades do objeto está definido no Anexo I do Termo de Referência e terá início a partir da assinatura do contrato, salvo ocorra qualquer imprevisto que deva ser comunicado e autorizado previamente pela FUNAI.

4.2. Da forma de fornecimento de produtos e prestação de serviços:

4.2.1 Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto do presente instrumento de contrato, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na *web*, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações.

4.2.2 A Contratada deverá:

4.2.2.1 Apresentar relação de sua rede credenciada, que deve estar apta a atender em todas as regiões listadas no ANEXO I do TR, e a todas as espécies, marcas, modelos e tipos de veículos descritos no ANEXO IV do TR, e outros que vierem a ser incorporados ao patrimônio da Contratante.

4.2.2.2 Credenciar um representante, junto a FUNAI CR-Maranhão, suas unidades subordinadas para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados.

4.2.2.3 Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para fornecimento de combustíveis, seja equivalente, no máximo, ao preço à vista praticado no estabelecimento no momento da transação, sempre em consonância com a tabela referencial divulgada pela ANP.

4.2.2.4 Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

4.2.2.5 Prover uma forma alternativa, no caso da impossibilidade de se efetuar transações em meio eletrônico, de modo a garantir a continuidade dos serviços contratados.

4.2.3 A Contratada deverá disponibilizar acesso a *software*, em ambiente *web* para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos que a integrarem, respeitado o prazo estipulado no ANEXO II do Termo de Referência.

4.2.4 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

4.2.5 Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelo GESTOR DO CONTRATO, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, não se admitindo, nesse caso, restrição de período.

4.2.6 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento das demandas da Contratante não deverá ser superior 05 (cinco) dias úteis.

4.2.7 As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas *on-line* no sistema de gestão.

4.2.8 A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, através de:

4.2.8.1 Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

4.2.8.2 Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do abastecimento.

4.2.8.3 Registro informatizado dos dados de abastecimento disponível para consulta via *Internet* (*web*) em tempo real (*on-line*).

4.2.8.4 Acesso para os Gestores Regionais e locais de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante.

4.2.8.5 Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

4.2.8.6 Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

4.2.8.7 Interface digital e amigável.

4.2.9 Ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 95/98/XP/2000/Vista/Seven/8 e Linux, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice e BrOffice, ou outro que possa vir ser a utilizado pela Contratante, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da Contratada quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

4.2.10 O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

4.2.11 Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema on-line, a Contratada deverá disponibilizar meios que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante.

4.2.12 Sempre que houver modificação da localidade de determinado unidade (operacional ou administrativa) da Contratante ou abertura em novas localidades, a Contratada deverá providenciar o credenciamento de estabelecimentos que nas condições e prazos definidos neste contrato e no Termo de Referência, devendo a comunicação da necessidade do credenciamento ser comunicada com antecedência mínima de 1 mês.

4.2.12.1 Por acordado entre as partes, novos credenciamentos de postos de abastecimento poderão ocorrer para que se promova a melhor logística de abastecimento dos veículos da FUNAI, atentando se para os prazos listados no Anexo I do Termo de Referência.

4.2.13 Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se aos prazos elencados no Anexo II do Termo de Referência.

4.2.14 A localização dos estabelecimentos de abastecimento e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:

4.2.12.1 Localizar-se, preferencialmente, em rodovias e estradas federais.

4.2.12.2 Distar, no máximo, 10 km das unidades fixas da FUNAI descritas no ANEXO I do presente Instrumento de Contrato.

4.2.14.3 Distar, no máximo, 200 km entre si.

4.2.14.4 Na impossibilidade de atender às condições definidas nos itens 4.2.14.1, 4.2.14.2 e 4.2.14.3 em decorrência da inexistência de postos de abastecimentos na localidade, a Contratada deverá credenciar o estabelecimento mais próximo, que melhor se adeque à necessidade logística da Contratante, que deverá apresentar prévia anuência.

4.2.15 A implantação do sistema de gerenciamento fica vinculado aos prazos e demais condições constantes no Anexo II do Termo de Referência.

4.2.16 Os estabelecimentos credenciados deverão, preferencialmente, prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 07 (sete) dias da semana, inclusive feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.

4.2.17 Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de execução de serviços ou aquisições de produtos, ficando sob sua única responsabilidade, o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.

4.3 Da implantação do Sistema.

4.3.1O controle de transações deverá ser auditado pela própria Contratada a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pela FUNAI CR MARANHÃO, ou pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal, a qualquer tempo.

4.3.2 Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela FUNAI CR MARANHÃO, pelas suas unidades subordinadas.

4.3.3 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de gestão de frota com administração de despesas de abastecimento, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer no prazo máximo descrito no Anexo II do Termo de Referência.

4.3.3.1 Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no Anexo II do Termo de Referência, após informações prestadas pela Contratante.

4.3.4 Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação ou instalação de equipamentos nos veículos.

4.4 Do treinamento.

4.4.1 A Contratada deverá ministrar treinamento inaugural a gestores ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, nos moldes que se seguem:

4.4.2 Data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o GESTOR DE CONTRATO. ator a ser indicado pela Administração.

4.4.3 A Contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual.

4.4.4 Sem prejuízo nos acima disposto, quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

4.5 Do Sistema Gerencial e Formatação de Relatórios.

4.5.1 O sistema deverá viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na *web* imediatamente após realizada a transação.

4.5.2 As operações (transações) deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:

4.5.2.1 Base de Gerenciamento.

4.5.2.2 Placa e demais dados de identificação do veículo.

4.5.2.3 Município / UF / Estabelecimento.

4.5.2.4 Data e hora.

4.5.2.5 Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc).

4.5.2.6 Origem (P.O.S., Central de atendimento).

4.5.2.7 Produto adquirido.

4.5.2.8 Quantidade.

4.5.2.9 Valor da operação por veículo.

4.5.2.10 Identificação do responsável pelo abastecimento.

4.5.2.11 Marcação da quilometragem/horímetro do veículo.

4.5.2.12 Valor unitário do produto.

4.5.2.13 Valor da compra.

4.5.3 São considerados Relatórios Gerenciais Fundamentais, a serem disponibilizados via web ou fornecidos a FUNAI CR MARANHÃO e suas unidades subordinadas:

4.5.3.1 Relatório Cadastral do veículo, contendo, no mínimo: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano Fabricação; Ano Modelo; Tipo combustível; Placa/UF; Local de Operação (Município); Chassi/Número de Série; Potência (em HP ou SHP); Número RENAVAM; capacidade do tanque; média de consumo KM/L ou Litro/H.

4.5.3.2 Controle Anual: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano de Fabricação; Tipo de Combustível; Placa Atual/UF; Local de Operação (Município); quilometragem ou quantidade de horas utilizadas com o veículo mensalmente e anualmente; consumo mensal e anual; média de consumo km/litro ou litro/h mensal ou anual; Quantidade de litros consumidos; custo total com combustível e inconsistências ocorridas.

4.5.3.3 Controle de Operação: Dados com totalizadores gerenciais e de transações.

4.5.4 A Contratada deverá replicar todos os dados relativos às transações realizadas, quando solicitadas, ao banco de dados da FUNAI CR MARANHÃO em meio a ser acordado.

4.5.5 A Contratada deverá fornecer modelo de dados atualizado do banco de dados.

4.5.6 A Contratada deverá fornecer cópia completa do banco de dados relativos a veículos, usuários e transações realizadas em formato inteligível para planilhas ou banco de dados ao término de cada exercício fiscal, gravado em meio magnético ou disponível para download.

4.5.7 A Contratada deverá permitir o acesso da contratante ao banco de dados e relatórios gerenciais, via internet, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.

4.5.8 A Contratada deve possibilitar exportação de todos os dados constantes no seu banco de dados referentes aos veículos da Contratante, objetivando que se possa dar seguimento às ações do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, que deverão ser fornecidos nos moldes do lay-out indicado pela Contratante.

4.5.9 Os relatórios gerenciais disponibilizados pela Contratada deverão permitir à Contratante verificar o consumo de combustível e demais produtos e serviços utilizados pela frota, por tipo de combustível, a quantidade de transações, o valor pago por tipo de transação, o histórico da Unidade de Abastecimento, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível e outros, de forma geral, por unidade e individual.

4.5.10 A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

4.5.11 Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pela FUNAI CR MARANHÃO, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

4.5.12 A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa da FUNAI CR MARANHÃO, bem como dos usuários autorizados a abastecer.

4.6 Da estrutura da rede credenciada.

4.6.1 A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

4.6.1.1 Possuir microcomputador, impressora e acesso à Internet.

4.6.1.2 Dispor de estrutura física, técnica, de ferramental e equipamentos para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

4.6.1.3 Devolver os veículos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento.

4.6.2 A Contratada será a única responsável por garantir que os postos credenciados atendam às exigências descritas nos subitens supra.

4.7 Das especificações de produtos e serviços.

4.7.1 A administração e gerenciamento contratados de forma continuada e ininterrupta, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado, para atender a todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota da Fundação Nacional do Índio e outros utilizados a seu serviço, será adotado nos veículos seguintes:

4.7.1.1 De propriedade da União em serviço na Contratante.

4.7.1.2 Alugados ou emprestados em regime de comodato à Contratante.

4.7.1.3 Depositados judicialmente ou cedidos, doados ou à disposição da Contratante.

4.7.1.4 Novos veículos que venham a ser adquiridos para a Contratante.

4.7.2 O contrato também poderá ser utilizado para abastecimento de grupos geradores, moto serras, motores de popa, roçadeiras, dentre outros equipamentos agrícolas utilizados no âmbito da FUNAI CR MARANHÃO.

4.7.3 A operação, o registro e o tratamento das informações deverão ser efetuados eletronicamente por meio de sistema integrado e informatizado de autorizações, e do uso de equipamentos especiais de leitura e gravação de dados para veículos e usuários.

4.7.4 Para atender às excepcionalidades da FUNAI CR MARANHÃO, o sistema deverá possibilitar o lançamento manual das transações com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter os serviços contratados em casos de

pane ou de inoperância do sistema informatizado no local de abastecimento ou ainda de perda dos cartões dos veículos ou dos usuários.

4.7.5 O sistema de administração e manutenção básica de cartões deverá ser disponibilizado na unidade regional da FUNAI CR MARANHÃO, de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.

4.7.6 A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões de usuário e veículo.

4.7.7 No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão do veículo, que deverá possuir senha individual.

4.7.8 A utilização de cartão do usuário será facultativa, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, sendo de responsabilidade da Contratada a implementação de solução que identifique e iniba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

4.7.9 Cada veículo será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas como, por exemplo, placa, tipo, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, chassi, tipo de combustível, marca/modelo, versão, motor, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.

4.7.10 Cada usuário será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome e matrícula.

4.7.11As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de correspondência, eletrônica ou comercial, dentro do prazo de implantação do sistema.

4.7.11.1 O prazo para recuperação de senha está descrito no Anexo II.

4.7.12 O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.

4.7.13 Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados, por responsável não identificado ou previamente autorizado.

4.7.14 O sistema deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo, face à existência de veículos bicombustíveis na frota da FUNAI CR MARANHÃO, bem como de todos os demais produtos e serviços constantes no objeto do presente instrumento de contrato e demais documentos constantes do Edital de pregão eletrônico.

4.7.15 O sistema terá seu uso restrito para abastecimento de combustível, óleos lubrificantes, filtros, graxa e demais itens previstos no Termo de Referência, não sendo permitida a aquisição de quaisquer outros produtos ou serviços não especificados neste instrumento de contrato e demais documentos constantes do Edital de pregão eletrônico.

4.7.16 A FUNAI CR MARANHÃO deverá estabelecer para cada veículo das suas frotas um limite de crédito (em moeda nacional corrente), o qual **NÃO PODERÁ SER ULTRAPASSADO SEM EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATO**. As transações realizadas pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito **SERÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.**

4.7.17 **O sistema contratado deverá permitir alterações *on-line* nos limites inseridos inicialmente, bem como o bloqueio/desbloqueio/troca de senha/zerar saldo, com operações individualizadas. Os limites inseridos não são cumulativos para o mês seguinte. Portanto, o sistema deverá possibilita zerar o saldo.**

4.7.17.1 Quando a efetivação das operações descritas no subitem anterior, ou quaisquer outras, dependerem de equipamento eletrônico, este deverá ser disponibilizado a FUNAI CR MARANHÃO.

4.7.18 A emissão de cartões será autorizada na FUNAI CR MARANHÃO pelo GESTOR DE CONTRATO, por servidor devidamente designado para esse fim, sendo que a primeira emissão sempre será realizada sem qualquer custo adicional para a Contratante.

4.7.18.1 Caso a transferência de veículos ou usuários entre as Unidades Locais implique na confecção de novos cartões, este custo será de responsabilidade da Contratada.

4.7.19 As bases de gerenciamento terão acesso via internet ao sistema da Contratada que permita a manutenção dos cadastros de veículos e usuários, controle de cartões, consulta e emissão de relatórios.

4.7.20 As bases de gerenciamento deverão possuir níveis de acesso ao sistema de acordo com o porte de autorização e controle, de acordo com a determinação do GESTOR DE CONTRATO.

4.7.21 O sistema deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão, regionalmente pelo respectivo gestor, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

4.7.21.1 O sistema deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão.

4.7.22 O sistema deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões.

4.7.22.1 Quando a Contratante ou seus servidores concorrerem comprovadamente para a necessidade de substituição de cartões, esta deverá arcar com os custos decorrentes, acionando a devida recomposição ao erário pelos responsáveis, se for o caso.

4.7.22.2 O valor a ser cobrado pela reemissão do cartão deverá ser formado junto com a apresentação da proposta.

4.7.22.3 Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá reemitir anualmente, sem ônus para a Administração, a quantidade de cartões correspondentes a, no mínimo, 2% da quantidade de veículos cadastrados.

4.7.22.4 Quando a substituição de cartões for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição sem ônus para a FUNAI CR MARANHÃO.

4.7.23 A FUNAI CR MARANHÃO desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio à Contratada.

4.7.24 O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

4.7.24.1 Identificação do posto (nome, CPNJ, endereço, município, UF).

4.7.24.2 Identificação do veículo (marca/modelo, placa, lotação).

4.7.24.3 Registro de hodômetro

4.7.24.4 Tipo de combustível

4.7.24.5 Data e hora da transação

4.7.24.6 Quantidade referente a unidade da transação executada.

4.7.24.7 Valor da operação

4.7.24.8 Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo).

4.7.24.9 Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).

4.7.25 Os recibos deverão ser impressos de forma que permaneça legível arquivado nas bases locais, regionais ou nacional, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

4.7.26 Em casos excepcionais, em que a transação for realizada *off-line*, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes no subitem anterior.

4.7.27 A Contratada deverá fornecer manuais operacionais de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

4.7.28 A Contratada deverá prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

4.8 Das localidades dos estabelecimentos credenciados.

4.8.1 A localização dos estabelecimentos de abastecimento e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:

4.8.1.1 Localizar-se, preferencialmente, em rodovias e estradas federais.

4.8.1.2 Distar, no máximo, 10 km das unidades fixas da FUNAI CR MARANHÃO descritas no ANEXO I do presente Termo de Referência.

4.8.1.3 Distar, no máximo, 200 km entre si.

4.8.2 Na impossibilidade de atender às condições definidas nos itens 4.8.1.1, 4.8.1.2 e 4.8.1.3 em decorrência da inexistência de postos de abastecimentos na localidade, a Contratada deverá credenciar o estabelecimento mais próximo, que melhor se adegue à necessidade logística da Contratante, que deverá apresentar prévia anuência.

4.8.3 Ocorrendo o disposto no item anterior, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 dias a contar da data limite estabelecida para credenciamento da rede ou, a *posteriori*, sob provocação da Contratante em prazo similar. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará para a melhor solução.

4.9 Do detalhamento dos produtos a serem fornecidos.

4.9.1 Fornecimento de gasolina e etanol do tipo comum, diesel nas versões comum, biodiesel, S-10 e demais itens especificados no Anexo A do Termo de Referência e qualquer outro tipo de lubrificantes/ filtro/ óleo, dentre outros, necessários ao perfeito abastecimento do veículo.

4.9.2 Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

4.9.3 A Contratada deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto a regularidade e qualidade dos combustíveis.

4.9.4 No caso de identificação da adulteração de combustíveis e demais produtos contratados, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a Contratada obriga-se a informar de imediato à Contratante e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

4.9.5 Promoções, descontos ou vantagens promovidos pelos estabelecimentos credenciados deverão estender-se irrestritamente à Contratante.

4.9.6 Como unidade de medida, será adotado o litro (L) para os combustíveis liquefeitos.

4.9.7 Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios praticados por unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

4.9.8 O preço a ser pago pelo combustível terá como limite o valor praticado a vista.

4.9.9 Serão configurados como abusivos os valores superiores ao máximo praticado por região divulgado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo - ANP - relativo ao respectivo tipo de combustível, http://www.anp.gov.br/preco/

4.9.10 No caso de configuração de valor abusivo, a Contratada deverá submeter justificativa do preço praticado a FUNAI CR MARANHÃO, quem houver solicitado, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.

4.9.11 A Contratante, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela Contratada, configurados abusivos ou não.

4.10 Da garantia.

4.10.1 A Contratada deverá garantir os produtos fornecidos e serviços executados pela sua rede credenciada, sem qualquer ônus para a Contratante, desde que seja comprovada a ocorrência de vício ou falha.

4.10.2 Qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de reparação, despesas com deslocamento de equipes e comunicação, entre outros, correrá por conta e responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

4.10.3 A Contratada somente poderá suspender o fornecimento de produtos e serviços decorridos 90 (noventa) dias corridos do inadimplemento.

4.10.4 Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela Contratante, sem prejuízo de diligenciar para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento.

4.11 Da frota automotiva a ser gerenciada.

4.11.1 O quantitativo atual de veículos da frota a ser gerenciada consta no Termo de Referencia.

4.11.2 A quantidade de veículos gerenciados deverá atender o disposto na Quantidade Estimada descrita do Termo de Referência.

4.11.3 No Plano de Trabalho que originou o Termo de Referência foi prevista margem de 30% de acréscimo para toda a frota da FUNAI CR MARANHÃO, o que foi plenamente corroborado pelas informações de novas aquisições prestadas pela área técnica do órgão.

4.12 Da aceitação do objeto.

4.12.1 Os fornecimentos de produtos e serviços contratados poderão ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato.

4.12.2 Na impossibilidade de imediata execução após assinatura, os prazos de credenciamento constantes do ANEXO II deverão ser rigorosamente observados.

4.12.3 O atesto de fatura pelo fiscal da Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os materiais de acordo com as condições e especificações contidas neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico e na proposta da Contratada e no Contrato, nem invalida qualquer reclamação que a

Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca.

4.12.4 A Contratada obriga-se a fornecer o objeto contratado dentro do prazo de validade do Contrato e da Ata de Registro de Preços, de acordo com as requisições e quantidades requeridas, nas especificações e procedimentos descritos neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico, sendo de sua inteira responsabilidade o saneamento de irregularidades constatadas pela Contratante.

4.12.5 Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.13 Da subcontratação.

4.13.1 O fornecimento de insumos poderá se dar por empresas que compõem a rede credenciada da Contratada.

5. CLÁUSULA QUINTA - Do Controle e Fiscalização da execução

5.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

5.2 O representante da Contratante será especialmente designado pela autoridade competente da unidade contratante.

5.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico.

5.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

5.5 O fiscal/ gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento do volume de insumo ou serviço contratados, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual ao volume efetivamente executado, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão

eletrônico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, assim como também deverá constar a lista de serviços executados.

5.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.9 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a nomeação de comissão para gestão, fiscalização e acompanhamento do contrato, composta por servidores especificamente nomeados para esse fim.

5.10 A execução do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado pelo GESTOR DE CONTRATO responsável pela unidade de lotação do veículo, a quem caberá:

5.10.1 Autuar processo de pagamento, mensalmente, ao qual deverá ser juntada cópia de todos os documentos necessários à transparente consecução dos procedimentos relativos ao encaminhamento das faturas para quitação.

5.10.2 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail) ou ofício, junto à Contratada.

5.10.3 Acompanhar o prazo de vigência do contrato, fazendo gestão junto a Contratada e a Administração para obter manifestação sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

5.10.4 Acompanhar a realização dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/produtos, dos veículos lotados sob sua responsabilidade.

5.10.5 Atestar as notas fiscais, inclusive no cronograma físico financeiro - SIASG, após sua apresentação pela Contratada.

5.11 A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pela Contratante.

5.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.13 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores da Frota deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

5.14 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.15 Do preço.

5.15.1 Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os valores máximos praticados por Unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

5.15.2 Os preços a serem pagos pelo fornecimento de combustíveis terão como limite o valor à vista, aplicando-se os percentuais de desconto contratados, no que couber.

5.15.2.1 Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos credenciados deverão ser repassados à Contratante, sendo que o preço promocional ou à vista deverá ser aplicado ao pagamento à Contratada, sempre considerando o menor preço que estiver sendo praticado no estabelecimento.

5.15.2.2 Serão configurados como abusivos os valores superiores ao valor máximo regional divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, considerando o respectivo tipo de combustível, caso que decorrerá em glosa do valor da diferença entre o preço máximo regional e o preço praticado

5.15.3 O valor mensal da taxa de administração cobrado pelo gerenciamento da frota será calculado com base no valor faturado, estimados nos moldes estabelecidos neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico, independentemente da quantidade de transações a que tenha sido submetido no período, e será obtido multiplicando-se o valor da taxa em % pelo valor faturado de combustíveis e demais produtos fornecidos.

6 . CLÁUSULA SEXTA - Do Valor

6.1. O valor global do presente contrato é de R$ 762.803,7012 (setecentos sessenta e dois mil, oitocentos e três reais, setenta centavos e doze), conforme composição a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO				
Item do TR	Especificação do Objeto	Quantidade Registrada	Valor Unitário R$	Valor da Quantidade Registrada R$
01	Gasolina Comum (combustível veiculo automotor)	60.000	3,83	229.800,00
02	Biodiesel Comum (óleos combustíveis veículos automotores)	142.300	3,149	448.102,70
03	Óleo lubrificante, básica SAE 15w40, CG-4, serviço pesado, Motor Biodiesel	20	10,00	200,00

	Turbinado ou aspirado			
04	Óleo Lubrificante liquido, mineral, a 100° C (CST), Motor Gasolina 02 Tempos	528	13,00	6.864,00
05	Óleo Lubrificante Automotivo, SAE 90, para uso em caixa de transmissão	130	13,00	1.690,00
06	Óleo Lubrificante TCW3 Mobil Super Protection	215	22,00	4.730,00
07	Óleo Lubrificante 20w50 Master Plus	130	14,00	1.820,00
08	Óleo lubrificante para motores 2 tempos, frasco com 500ml	225	10,00	2.250,00
09	Óleo lubrificante 15W30, para motores 4 tempos à gasolina, frasco com 1 litro.	45	15,00	675,00
10	Óleo Diesel B (biodiesel) , S10	19.900	3,21	63.879,00
11	Óleo lubrificante 10w40	116	19,25	2.233,00
12	Óleo lubrificante 20w50	40	14,00	560,00
11	Taxa de administração e distribuição de cartões magnéticos ***Taxa de 0,001 %*** sobre o Valor Total das despesas contratadas	12	0,0001	0,0012
Valor total R$				762.803,7012

7 . CLÁUSULA SÉTIMA - Da Dotação Orçamentária

7.1. O valor para a execução do presente contrato, para o exercício de 2017, correrão à conta do Programa de Trabalho: 089637, 089632, 089647, 089650, 089633, 089638, 089646 e 089649,109155, 089631 e Elemento de Despesa nº 339030.01 e 339039, tendo sido emitida a **Nota de Empenho Estimativo n.º 2017NE800053, de 24 de abril de 2017.**

8 . CLÁUSULA OITAVA - Do Pagamento

8.1. A Contratada é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.

8.2. A Contratada deverá emitir notas fiscais/faturas diferenciadas para produtos e serviços.

8.2.1. A Contratada apresentará a nota fiscal/fatura na sede de cada Unidade Contratante, sendo que os endereços constam no Anexo II do Termo de Referência. Faculta-se a disponibilização das faturas por meio eletrônico.

8.2.2. Os serviços de gerenciamento serão faturados de acordo com a Unidade de lotação do veículo, independentemente do local em que foi realizada a transação, no caso da frota da FUNAI CR MARANHÃO.

8.2.3. Na ocasião do faturamento, o desconto ofertado na licitação deverá ser deduzido do valor da fatura correspondente.

8.2.4. Juntamente com as notas fiscais/fatura, a Contratada deverá disponibilizar relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

8.2.4.1. Identificação do posto (nome e endereço);

8.2.4.2. Identificação do veículo (marca, modelo e placa).

8.2.4.3. Leitura do hodômetro do veículo.

8.2.4.4. Data e hora da transação.

8.2.4.5. Discriminação do tipo de produto ou serviço fornecido.

8.2.4.6. Quantidade referente a unidade da transação executada.

8.2.4.7. Valor da operação por veículo.

8.2.4.8. Identificação do usuário (nome e matrícula).

8.2.5. Quando da intermediação de serviços, a contratada deverá apresentar cópia do documento fiscal ou outro equivalente emitido pela empresa prestadora do serviço, com a discriminação dos valores dos serviços, tributos e possíveis descontos comerciais, de forma a possibilitar a verificação e confirmação do valor efetivamente cobrado na operação.

8.3. Para efeito de medição do valor a ser pago pelos produtos e serviços, a Contratada deverá considerar todo o período compreendido do primeiro ao último dia do mês.

8.4. Para efeito de medição do valor total da taxa de administração, a Contratada deverá considerar O VALOR FATURADO NO PERÍODO, do primeiro ao último dia do mês, independente da quantidade de transações/mês, emitindo uma única nota fiscal.

8.5. Nas situações em que o pagamento pela emissão de cartões for de responsabilidade da Contratante, a Contratada deverá apresentar descrição detalhada da emissão na nota fiscal correspondente, acompanhada de relatório que os identifiquem, respeitando-se o limite definido neste instrumento de contrato e documentos anexos ao edital de pregão eletrônico.

8.6. O pagamento ocorrerá de acordo com o seguinte prazo e dinâmica:

8.6.1. A Contratada terá até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, para apresentação da Nota Fiscal/Fatura e disponibilização do relatório de conferência.

8.6.2. O Gestor da Frota terá 15 dias, contados a partir da apresentação da nota pela Contratada, para verificação, ateste e encaminhamento, ao setor responsável, desde que a Contratada apresente toda a documentação exigida.

8.6.3. A administração terá 05 dias úteis, após recebimento das notas atestadas, e desde que atendidos todos os requisitos estipulados neste Instrumento de contrato e demais documentos do Edital de Pregão Eletrônico, para efetuar o pagamento das faturas.

8.7. Quando houver erro de qualquer natureza na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido à Contratada para substituição ou emissão de carta correção, ou ainda sofrerá as glosas necessárias à sua adequação, por parte do gestor do contrato.

8.7.1. Em caso de incorreções no documento fiscal ou nos documentos obrigatórios que a acompanham, o referido prazo será retomado após apresentação do documento devidamente corrigido, cabendo à Contratada promover todas correções solicitadas pelo Gestor da Frota, desde que reflitam exigências previamente estabelecidas neste Instrumento de contrato e demais documentos do Edital de Pregão Eletrônico.

8.7.1.1. No caso do subitem 8.7, o intervalo de tempo não será considerado para efeito de prazo de pagamento, não sendo devido pela Contratante quaisquer ônus ou encargos decorrentes desse atraso.

8.8. Será procedida consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), CNCCAIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) e CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) antes de cada pagamento, para verificação da situação da Contratada, relativa às condições de habilitação exigidas pela legislação vigente, que será impressa e juntada aos autos do processo de pagamento.

8.9. A Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento total ou parcial se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação constante neste Instrumento de contrato e demais documentos do Edital de Pregão Eletrônico ou na proposta apresentada na licitação.

8.10. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a operações duplicadas, irregulares, multas ou indenizações devidas pela Contratada ou que apresentem inconsistências nos relatórios apresentados, que inviabilizem a pronta identificação da procedência da transação, nos termos do contrato, independentemente das demais cominações legais.

8.11. A Contratante poderá descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela contratada em razão deste instrumento ou de outros contratos celebrados entre a Contratante e a Contratada.

8.12. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será creditado, mensalmente, em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas, sendo que em nenhuma hipótese será

efetuado pagamento de Nota Fiscal/Fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam Contratadas consideradas matriz e filial ou vice-versa ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado ou pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente que não seja por intermédio de Nota Fiscal.
8.13. O contrato a ser firmado poderá regulamentar as demais condições de pagamento não previstas no Termo de Referência.

8.14. No caso de eventual atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, onde:

EM: Encargos Moratórios

N: Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP: Valor da parcela a ser paga

I: Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (6 / 100)/365

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16. A Contratada/Contribuinte regularmente inscrita no SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária do subitem anterior, conforme previsão na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, atualizada, e IN-SRF nº 765, de 2 de agosto de 2007, desde comprove por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.17. O valor a ser pago a título de Taxa de Administração, conforme estabelecido no Acordo de Nível de Serviço, item 27. do Termo de Referência, será ajustado ao atendimento das metas estabelecidas para o Índice de Disponibilidade eletrônica da relação de estabelecimentos credenciados.

9. CLÁUSULA NONA - Do Aumento e Supressão de Quantidade

9.1 No interesse da FUNAI CR MARANHÃO, o objeto do contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - Da Vigência

10.1. O presente Contrato Administrativo terá vigência 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, limitadas há sessenta meses.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Garantia Contratual

11.1. A CONTRATADA apresentou como garantia de execução contratual, a modalidade de garantia na forma de seguro garantia, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Sanções

12.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no Contrato, erros ou atraso na execução dos serviços ou quaisquer outras irregularidades, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades: Advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade.

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.3. Fraudar na execução do contrato.

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

12.1.5. Cometer fraude fiscal.

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, esta estará sujeita às sanções previstas nos Art. 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993 e à rescisão do Contrato, na forma prevista nos Art. 79 e 80 do referido diploma legal, sendo que, para fixação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:

12.2.1. Advertência por escrito, uma única vez, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do presente Contrato e da Proposta de Preços.

12.2.2. Multa moratória, na hipótese de atraso na execução do serviço ou demora injustificada nas devoluções, obedecida a seguinte fórmula:

$$M=\left(\frac{C}{T}\right)xNxF, \text{ sendo:}$$

M = valor da multa;

C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;

T = prazo para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;

N = período de atraso, em dias corridos, e

F = fator progressivo (fator de correção por dia de atraso), obtido na tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 (dez) dias	0,03
De 11 (onze) a 20 (vinte) dias	0,06
De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias	0,09
De 31 (trinta e um) a 40(quarenta) dias	0,12
De 41 (quarenta e um) a 60 (sessenta) dias	0,15

12.3. Multa Específica, no valor equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer outra obrigação legal ou contratual. A termo de exemplificação, considera-se descumprimento de obrigação ajustada a contratada não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços ou impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização.

12.4. Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução total ou parcial do contrato ou atrasar a execução do serviço por período superior a 60 (sessenta) dias corridos. Em ambos os casos, ocorrerá a rescisão do contrato.

12.5. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

12.6. Declaração de inidoneidade, nos seguintes casos:

12.6.1. Se a Contratada descumprir ou cumprir parcialmente obrigação decorrente deste Instrumento de Contrato e demais documentos do Edital e anexos, desde que desses fatos resultem prejuízos à Contratante.

12.6.2. Se o fornecedor sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais; e

12.6.3. Se o fornecedor tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

12.7. Se os valores dos encargos referidos nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, serão automaticamente descontados da primeira parcela do valor a que a essa fizer jus.

12.8. As multas, quando cabíveis, serão cumulativas entre si e com as demais sanções. Poderão ser cobradas, para exemplificar, uma multa moratória e uma multa específica, ambas cumuladas com uma advertência.

12.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

Proc. 08763.000125/2016-95
Fls.: 374
Rubrica:

12.9.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

12.9.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

12.9.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à Contratante.

12.14 Conforme disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Rescisão

13.1. Constituem motivos para rescisão do contrato:

13.1.1 o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

13.1.2 o cumprimento irregular de cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos;

13.1.3 a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

13.1.4 o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

13.1.5 a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

13.1.6 a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;

13.1.7 o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.8 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 da Lei 8.666/93;

13.1.9 a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.10 a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.11 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.12 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.13 a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1o do art. 65 da Lei 8.666/93;

13.1.14 suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.15 atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.16 não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no Termo de Referência;

13.1.17 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.18 descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.2. Da Formalização dos Casos de Rescisão

13.2.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Parágrafo Terceiro - A rescisão deste Contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos 13.1.1 a 13.1.17 e 13.1.18 desta cláusula.

II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, deste que haja conveniência para a CONTRATANTE.

III- judicial, nos termos da legislação;

13.4. Parágrafo Quarto - Da Rescisão Administrativa ou Amigável

13.4.1. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável a rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Coordenador-Geral de Administração da CONTRATANTE.

13.5. Parágrafo Quinto - Da Rescisão Unilateral

13.5.1. A rescisão de que trata os incisos de 13.1.1 a 13.1.17 e 13.1.18 desta cláusula acarretará as sanções previstas neste Contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, conforme previsto no art. 80 da Lei 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do reajuste e da Manutenção do Equilíbrio Financeiro

14.1 Do reajuste.

14.1.1 Para reestabelecer o poder de compra do contrato aos valores inicialmente pactuados, evitando-se, assim, o encolhimento do contrato face a possibilidade de aumento de preços dos insumos fornecidos, o valor contratado poderá ser reajustado aplicando-se, na ausência de índice de reajuste específico, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

14.1.2 Para a contratação será admitido o reajuste dos preços com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 19, XXI, da Instrução Normativa 2/2008-SLTI/MPOG, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante aplicação do IPCA.

14.1.3 O prazo para a contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano.

14.1.4 Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

14.1.5 A decisão sobre o pedido de reajuste deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da solicitação da Contratada.

14.1.6 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, nos termos do § 8° da Lei 8666/93, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

14.2 Da manutenção do Equilíbrio Econômico Financeiro

14.2.1 valor contratado poderá ser revisto, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição para a justa remuneração da prestação dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na forma do Art. 65, alínea "d", da Lei n° 8.666 de 1993, mediante solicitação formal do contratado, obedecida a a seguinte condição:

14.2.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de planilha analítica e documento que comprove a superveniência de fatos imprevisíveis, ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou "fato do príncipe", configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, porém de consequências incalculáveis, demonstrando o seu impacto nos custos do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QU INTA - Do Nível de Serviço

15.1.O contrato a ser firmado estará sujeito ao Acordo de Nível de Serviço constante do ANEXO III do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Da Publicação

16.1. O presente Contrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, por extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas com a publicação por conta do CONTRATANTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Imperatriz Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim sendo, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

IMPERATRIZ(MA), 25 DE ABRIL DE 2017

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – FUNAI
COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO
E-mail cpl.maranhao@funai.gov.br

DANIEL CUNHA DE CARVALHO
Portaria nº 197/PRES, de 13.04.2017.
Publicada no DOU nº 74, Seção 2, página 38, de 18.04.2017.

ALEX DOS SANTOS BELARMINO
Representante Legal GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA
RG nº 9.452.411-3 – SESP/PR
CPF nº 071.110.899-44